

Glauca Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)

Diálogos sobre Inclusão



Atena
Editora
Ano 2019

Glaucia Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)

Diálogos sobre Inclusão

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D536	Diálogos sobre inclusão [recurso eletrônico] / Organizadoras Glauca Wesselovicz, Janaina Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Diálogos Sobre Inclusão; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-362-0 DOI 10.22533/at.ed.620192805 1. Brasil – Condições sociais. 2. Desenvolvimento social. 3. Integração social. I. Wesselovicz, Glauca. II. Cazini, Janaina. III. Série. CDD 361.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A obra “Diálogos sobre Inclusão” foi concebida para cumprir a função de apresentar conteúdos essencialmente informativos e formativos sobre Inclusão Social e Profissional, direcionado àqueles que precisam compreender as bases – históricas, conceituais, organizacionais e legais dos Direitos Humanos. O volume I apresenta 26 capítulos que abordam os vetores da promoção humana como: Família, Sociedade e Tecnologias.

“Incluir socialmente é dar e garantir condições para que uma pessoa possa, de maneira livre e independente, ter o mesmo acesso que outras aos serviços e benefícios da vida em sociedade. Mas não basta pensar a inclusão social apenas sob a ótica das necessidades e simplesmente criar mecanismos ou facilidades compensatórias aos excluídos. É preciso ir além, mais que uma reforma, é preciso uma revolução no modo como enxergamos o excluído, que não deve ser objeto de pena ou dó e sim de respeito e consideração como ser humano e cidadão que é” (ALMEIDA, 2016)

A Declaração Universal dos Direitos humanos - marco histórico - inspirou as nações para o envolvimento em prol dos movimentos sociais de enfrentamento da discriminação e exclusão social de minorias, tornando-se referência para o desenvolvimento de Pactos e Convenções norteadoras da promoção humana no mundo.

Contudo, nós acreditamos, que esta coletânea irá inspirar e encorajar, Profissionais, Educadores e sociedade em geral a refletir sobre todas as possibilidades que o seu meio social, núcleo familiar e atitudes individuais podem minimizar as desigualdades e promover o desenvolvimento social igualitário.

Glaucia Wesselovicz
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL	
Ernny Coêlho Rêgo Marinina Gruska Benevides	
DOI 10.22533/at.ed.6201928051	
CAPÍTULO 2	12
ANALISANDO A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO HETERONORMATIVA DA MASCULINIDADE	
Arthur Furtado Bogéa Iran de Maria Leitão Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.6201928052	
CAPÍTULO 3	23
O DIREITO À DISCUSSÃO DE TEMÁTICAS PERTINENTES À ESFERA SOCIAL E À PRODUÇÃO DO TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO: UM PROCESSO DE LETRAMENTO ESCOLAR E PRODUÇÃO TEXTUAL NA EJA	
Ferdiramar Farias Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.6201928053	
CAPÍTULO 4	33
O SILÊNCIO: SUTIL LEGITIMIDADE DA VIOLÊNCIA SOBRE A EXISTÊNCIA LÉSBICA	
Mariluce Vieira Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.6201928054	
CAPÍTULO 5	44
ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO: O DIREITO DE APRENDER	
Osiolany da Silva Cavalcanti Gloria Maria de Sousa Leitão Melo	
DOI 10.22533/at.ed.6201928055	
CAPÍTULO 6	52
PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM EM EJA: UM OLHAR SOBRE O QUE DIZEM OS SUJEITOS DA EJA NO MUNICÍPIO DE SOLEDADE-PB	
Edivânia Paula Gomes de Freitas Leandra da Silva Santos Maria José Guerra Meiryllianne Suzy Cruz de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.6201928056	
CAPÍTULO 7	65
PROGRAMA DE ATENÇÃO E ORIENTAÇÃO AO ALUNO (PROATO): UM OLHAR HUMANIZADO AO ALUNO DO ENSINO SUPERIOR	
Analice Oliveira Fragoso Sheila Carla de Souza Rinaldo Molina	
DOI 10.22533/at.ed.6201928057	

CAPÍTULO 8	73
MULHERES QUE SE DESTACARAM NA HISTÓRIA DA MATEMÁTICA	
Jane Cleide de Almeida Cordeiro	
Kátia Maria de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.6201928058	
CAPÍTULO 9	88
ACESSIBILIDADE ATRAVÉS DA ADAPTAÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA URCA	
Francisca Raquel Miguel de Sousa	
Francisca Nailene Soares Vieira	
Martha Milene Fontenelle Carvalho	
David Soares Vieira	
Rosane Santos Gueudeville	
Isac Vieira Leite	
DOI 10.22533/at.ed.6201928059	
CAPÍTULO 10	97
APLICAÇÃO MÓVEL COLABORATIVA PARA DISSEMINAÇÃO DE SINAIS E INTEGRAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	
Erika Patrícia Martins Ferreira	
Crysthian Fhylype Ribeiro Marinho	
Eveline de Jesus Viana Sá	
DOI 10.22533/at.ed.62019280510	
CAPÍTULO 11	104
A (RE) CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA O ENSINO DE LIBRAS/L1 NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Ana Letícia de Almeida Cordeiro	
Josinete Pessoa Nunes	
Niédja Maria Ferreira de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.62019280511	
CAPÍTULO 12	115
INCLUSÃO DIGITAL - INFORMÁTICA PARA A 3ª IDADE	
Bruna Cristina de Albuquerque Sebold	
Felipe Souza Davies	
Marcelo Nepomoceno Kapp	
DOI 10.22533/at.ed.62019280512	
CAPÍTULO 13	122
JOGOS COOPERATIVOS DE INCLUSÃO BILÍNGUE: ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR PARA ALUNOS COM SURDEZ	
Maria de Lourdes Leite Paiva	
Robéria Vieira Barreto Gomes	
Querem Hapuque Monteiro Alves Muniz	
Raquel Araújo Pompeu	
DOI 10.22533/at.ed.62019280513	

CAPÍTULO 14 133

NUSOEP: NÚMEROS, SÍMBOLOS, OPERAÇÕES E EQUAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU. UM KIT EVOLUTIVO PARA DE MATEMÁTICA PARA DEFICIENTES VISUAIS

Kíssia Carvalho
Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Marcos Antônio Petrucci de Assis
José Nunes Aquino
Luciene do Carmo Santos

DOI 10.22533/at.ed.62019280514

CAPÍTULO 15 144

O USO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA O ENSINO DE ALUNOS SURDOS

Bruna Ismaela Cunha Silva
Thayse Lopes dos Santos
Niédja Maria Ferreira Lima
Conceição de Maria Costa Saúde

DOI 10.22533/at.ed.62019280515

CAPÍTULO 16 152

PROJEÇÃO CILÍNDRICA ORTOGONAL: UMA APRENDIZAGEM EM UM AMBIENTE VIRTUAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS

Natana Souza da Rosa
Vania R. Ulbricht

DOI 10.22533/at.ed.62019280516

CAPÍTULO 17 168

QUEM GANHOU O JOGO? ANÁLISE DE UM LIVRO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Andréa Paula Monteiro de Lima
Dayse Bivar da Silva
José Mawison Cândido de Lima

DOI 10.22533/at.ed.62019280517

CAPÍTULO 18 180

TECNOLOGIA ASSISTIVA DE BAIXO CUSTO COMO COLABORAÇÃO NA ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM BAIXA VISÃO

Maria de Lourdes Leite Paiva
Francisca Janaína Dantas Galvão Ozório
Raquel Araújo Pompeu
Robéria Vieira Barreto Gomes
Maria José Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.62019280518

CAPÍTULO 19 191

A CONTRIBUIÇÃO DA FAMÍLIA NO DESVELAR DA CRIANÇA COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA PROMOÇÃO E FAVORECIMENTO DE PRÁTICAS SOCIAIS E AMBIENTAIS

Dilma Costa Nogueira Dias
Mônica de Nazaré Carvalho
Daniel Sulyvan Santana Dias
Anderson Costa Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.62019280519

CAPÍTULO 20	198
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM DESAFIO PARA FAMÍLIA, ESCOLA E EDUCADORES	
Miriam Paulo da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.62019280520	
CAPÍTULO 21	209
FAMÍLIA E ESCOLA: DESAFIOS À PARTICIPAÇÃO, INCLUSÃO E ACOMPANHAMENTO DA APRENDIZAGEM	
Osicleide de Lima Bezerra	
Geraldo Alexandre de Oliveira Gomes	
Ana Paula Taigy do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.62019280521	
CAPÍTULO 22	221
O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NUMA PERSPECTIVA AFETIVA	
Marciel Carlos de Sousa	
Francisco Roberto Diniz Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.62019280522	
CAPÍTULO 23	232
O PROCESSO DE INTERVENÇÃO NO ÂMBITO DO AEE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM FOCO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Acreciana de Sousa Melo	
Fernanda Maria da Silva Cardeal	
Francisca Nailene Soares Vieira	
Martha Milene Fontenelle Carvalho	
Rosani de Lima Domiciano	
Sâmia Maria Lima dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.62019280523	
CAPÍTULO 24	241
PERFIL EDUCACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ADICTOS ASSISTIDOS PELA SAÚDE MENTAL NA PARAÍBA, BRASIL	
Angélica Vanessa de Andrade Araújo Lira	
Évelyn Morgana de Mélo Alves	
Rayssa Pereira de Souza	
Clésia Oliveira Pachú	
DOI 10.22533/at.ed.620192805224	
CAPÍTULO 25	251
REDE DE APOIO A INCLUSÃO ESCOLAR: O QUE DIZEM AS MÃES DE DUAS CRIANÇAS AUTISTAS	
Camila Pimentel Machado Gonçalves	
Suelene Regina Donola Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.620192805225	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	266

QUEM GANHOU O JOGO? ANÁLISE DE UM LIVRO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Andréa Paula Monteiro de Lima

Universidade Federal de Pernambuco

Recife – Pernambuco

Dayse Bivar da Silva

Universidade Federal de Pernambuco

Recife – Pernambuco

José Mawison Cândido de Lima

Universidade Federal de Pernambuco

Recife – Pernambuco

RESUMO: O presente artigo pautou-se na análise do livro infantil *Quem ganhou o jogo?* que compõe os Acervos Complementares de 2013 sendo esta uma coleção destinada ao ciclo de alfabetização. A obra investigada propõe o ensino de conteúdos matemáticos, além de apresentar situações sobre a inclusão da pessoa com deficiência física. Este estudo caracteriza-se como uma análise documental, onde os documentos estudados foram a obra “Quem ganhou o jogo?”, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Matemática e a Base Nacional Curricular Comum. As questões que nortearam as análises sobre os aspectos da Matemática foram: quais os conteúdos matemáticos abordados? Esses conteúdos estão em consonância com os documentos oficiais? O livro aborda outras situações importantes para o ensino de Matemática? Também tivemos questões envolvendo

aspectos da inclusão: quais os problemas enfrentados por pessoas com deficiência? Quais as ações que promovem a inclusão? A expectativa foi encontrar elementos, dentro do enredo da obra, para responder a tais questões. Entre os resultados encontrados, destacamos a adequação dos conteúdos matemáticos ao ciclo de alfabetização e ações relatadas na história que visam promover a inclusão da diversidade de estudantes em atividades esportivas.

PALAVRAS-CHAVE: livros infantis, matemática, inclusão escolar, pessoa com deficiência física.

ABSTRACT: This article had as a base the analysis of the children’s book “*Who won the game?*” which makes up the Complementary Collections of 2013 and this is a collection destined to the literacy cycle. The work investigated proposes the teaching of mathematical contents, besides presenting situations on the inclusion of the person with physical disability. This study is characterized as a documentary analysis, where the documents studied were the work “Who won the game?”, the National Curricular Parameters of Mathematics and the National Curricular Common Base. The questions which guided the analysis on the aspects of Mathematics were: what mathematical contents were addressed? Are these contents in line with the official documents? Does the book address

other important situations for teaching mathematics? We also had issues involving aspects of inclusion: what are the problems faced by people with disabilities? What are the actions that promote inclusion? The expectation was to find elements, within the plot of the work, to answer such questions. Among the results, we highlight the adequacy of the mathematical contents to the literacy cycle and actions reported in history that seek to promote the inclusion of the diversity of students in sports activities. **KEYWORDS:** children's books, math, school inclusion, person with physical disability.

1 | INTRODUÇÃO

Dentre os vários desafios vivenciados pela sociedade para a inclusão de pessoas portadoras de deficiência, em relação à Educação e aos contextos escolares tem despertado o interesse de vários pesquisadores da Educação e da Educação Matemática nos últimos anos devido aos entraves ainda existentes nesse processo de inclusão. Conforme Mantoan e Pietro (2006), o cenário educacional brasileiro atual tem como mote principal o acesso, permanência e sucesso de toda criança na escola regular, posto que a escola atual não é feita para todos.

Em contraponto a esta constatação, observamos os crescentes números de matrícula no ensino regular em escolas brasileiras. Em números, pode-se observar pelas notas estatísticas do Censo Escolar 2016 que entre os anos de 2008 a 2016, o percentual de classes com alunos com deficiência matriculados aumentou de 31% para 57,8%. Isso é uma consequência da legislação em vigor que recomenda a matrícula de estudantes com deficiência nas escolas regulares, de acordo com o artigo 25º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999:

Os serviços de educação especial serão ofertados nas instituições de ensino público ou privado do sistema de educação geral, de forma transitória ou permanente, mediante programas de apoio para o aluno que está integrado no sistema regular de ensino, ou em escolas especializadas exclusivamente quando a educação das escolas comuns não puder satisfazer as necessidades educativas ou sociais do aluno ou quando necessário ao bem-estar do educando. (BRASIL, 1999, Artigo 25º)

Outro documento que fomentou, a partir de 1994, discussões e ações visando o processo de inclusão da pessoa com deficiência no âmbito escolar no Brasil e também no mundo foi a Declaração de Salamanca que atribui para os governantes “a mais alta prioridade política e financeira de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.” (UNESCO, 1994, p.1)

De acordo com Mantoan e Pietro (2006), os sistemas de ensino têm lidado com a questão da inclusão por meio de medidas facilitadoras (cuidadores, professoras de reforço e salas de aceleração) que não resolvem, muito menos atendem o desafio da inclusão.

Para a implementação e consolidação da inclusão escolar no sistema educacional

brasileiro foi e ainda é preciso investir em vários aspectos desde a infraestrutura das escolas, na formação de professores e demais profissionais que lidam com esses estudantes e também nos materiais didáticos que dão suporte aos processos de ensino e aprendizagem.

Em relação aos materiais didáticos, tanto os relativos ao atendimento específico dos estudantes com deficiência como os de uso dos demais estudantes, é preciso ter em conta tanto a sua qualidade, como a sua funcionalidade tendo em vista os aspectos do ensino e da aprendizagem e também o da inclusão.

Ao refletir sobre esses aspectos nos interessamos por analisar um livro infantil que foi distribuído pelo Ministério da Educação (MEC) às escolas públicas em 2013 e que traz um enredo de inclusão para o ensino dos conteúdos matemáticos. Duas razões justificam a nossa escolha: a primeira refere-se às dificuldades enfrentadas durante os processos de ensino e aprendizagem da Matemática e a segunda está relacionada a nova demanda das escolas diante da inclusão escolar. Assim, os objetivos desse estudo são: identificar quais conteúdos matemáticos estão sendo abordados no livro, verificar a adequação dos conteúdos matemáticos aos anos de escolarização, segundo documentos oficiais (PCNs e BNCC) e identificar algumas situações/ações facilitadoras da inclusão na escola.

Para além desta introdução, trazemos uma breve discussão sobre a pessoa com deficiência e sobre livros infantis e o ensino de Matemática. Após, apresentamos o percurso metodológico adotado, os principais resultados obtidos, finalizando com as considerações finais.

2 | A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Sempre nos deparamos e alguns de nós convivemos com pessoas com algum tipo de deficiência. Mas, do ponto de vista da legislação, qual o conceito de “pessoa com deficiência”? O documento intitulado “Legislação Brasileira sobre Pessoa com Deficiência” (BRASIL, 2013) adota o conceito contido no Artigo 1º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949 de 25-8-2009 (BRASIL, 2009), que reproduzimos a seguir:

é aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2009, Artigo 1º)

O Artigo 5º do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004– que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 estabelece os tipos de deficiências em: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental e deficiência múltipla. Com relação a deficiência física, que é apresentada no livro investigado, o documento traz como principais

características:

Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (BRASIL, 2013, p. 277)

De modo geral, o que pode ocasionar o surgimento de uma deficiência em uma pessoa? Há duas possibilidades: características genéticas na formação do indivíduo ou algo provocado como acidente ou maus hábitos. Conforme Lopes (2013, p. 28), “de alguma forma, todas as pessoas estão sujeitas a nascer com, ou adquirir, uma deficiência ao longo da vida”.

Há uma crença arraigada em alguns meios sociais de que a “deficiência” incapacita a pessoa para a realização de muitas tarefas do cotidiano. Porém, concordamos com Lopes (2013, p. 31) quando afirma que “a deficiência em si não ‘incapacita o indivíduo e sim a associação de uma característica do corpo humano com o ambiente inserido.” O autor ressalta que a aludida incapacidade é criada pela própria sociedade quando impõe à pessoa com quaisquer tipos de deficiência barreiras e obstáculos.

Anteriormente, o direito dado às pessoas com deficiência tinha um cunho assistencialista; hoje, porém, a discussão que permeia a inclusão destas pessoas na sociedade busca superar esta conotação e atribuir o protagonismo que a pessoa com deficiência tem na sua vida e na sua história. Enquanto sujeito de direito, encontra-se o direito a uma educação que leve em conta as suas necessidades específicas.

Programas educacionais, a exemplo do Programa Nacional de Alfabetização da Idade Certa (PNAIC), trazem a discussão sobre a inclusão e as dificuldades enfrentadas pelas escolas para incluir, efetivamente, os estudantes com deficiência no conjunto de suas atividades. Em um dos cadernos deste Programa apontam que

se a escola deve ser tornar inclusiva é porque ela não tem sido, ainda que os preceitos constitucionais nos apontem para uma visão de sociedade justa e igualitária, sem qualquer tipo de discriminação”. (VIANNA, GRECA E SILVA, 2014, p. 7)

De fato, para garantir a inclusão de todos os estudantes de forma igualitária na sala de aula se faz necessário considerar as diferenças e as diversidades. Além disso, o processo requer a adoção de metodologias que permitam a sua concretização e, isto remete ao planejamento das aulas. Aspectos específicos deste contexto devem ser observados pelo professor. Por exemplo: como atender as diferenças dos estudantes inclusos, sem relegar as atividades realizadas pelos demais estudantes a um plano secundário? De que condições materiais e pedagógicas o professor dispõe para trabalhar em uma perspectiva inclusiva?

Nessa perspectiva o artigo tem como objetivo analisar um livro infantil de Matemática (elaborado com fins pedagógicos) distribuído em 2013 nas escolas

públicas brasileiras que atendiam ao Ciclo de Alfabetização (1º ao 3º anos).

3 | O LIVRO INFANTIL E A MATEMÁTICA

Historicamente, no Brasil, há muitas crianças que mesmo frequentando a escola ultrapassam os oito anos de idade sem terem sido totalmente alfabetizadas, inclusive matematicamente. Para auxiliar os professores nesta difícil missão foi distribuído em 2010 e 2013 materiais de apoio chamado de Acervos Complementares. Em 2010, esses Acervos foram destinados às turmas do 1º e 2º anos de escolarização e em 2013 aos três primeiros anos de escolarização - o chamado “Ciclo de Alfabetização”. Essa diferença entre as indicações dos anos de escolarização se deu devido a implementação da fase final a Lei nº 11274 de 6 de fevereiro de 2006 que alterou a duração do ensino fundamental de oito anos para nove anos.

As finalidades dos Acervos Complementares, de acordo com Lima (2012) são: a) processo de alfabetização e de formação do leitor: b) ensino e aprendizagem de conteúdos curriculares e c) acesso do aluno ao mundo da escrita e à cultura letrada. Considerando a finalidade do ensino e da aprendizagem de conteúdos curriculares, nos debruçamos sobre uma das obras do componente curricular da Matemática.

Ao se pensar na alfabetização de um sujeito deve-se considerar que para a formação integral, é preciso que sejam desenvolvidas diversas habilidades como as de natureza matemática. Assim, indagamos: o que deve ser considerado na alfabetização matemática? O caderno de Matemática do PNAIC defende que:

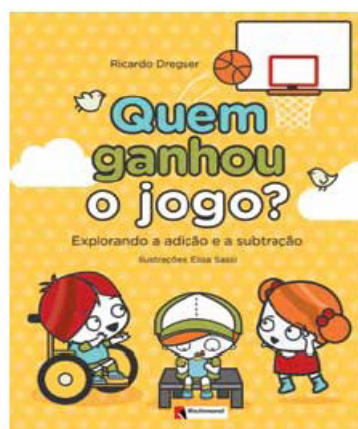
A dimensão matemática da alfabetização na perspectiva do letramento, ou melhor, a Alfabetização Matemática como entendendo aqui – o conjunto das contribuições da Educação Matemática no Ciclo de Alfabetização para a promoção da apropriação pelos aprendizes de práticas sociais de leitura e escrita de diversos tipos de textos, práticas de leitura e escrita do mundo – não se restringe ao ensino do sistema de numeração e das quatro operações aritméticas fundamentais (BRASIL, 2014, p. 31).

Desse modo, alguns livros que compõem os Acervos Complementares trazem essa perspectiva de Alfabetização Matemática, uma vez que apresentam conteúdos matemáticos dentro de uma perspectiva de leitura de mundo e de práticas sociais. Uma dessas obras é o objeto desse estudo, pois apresenta conteúdos matemáticos dentro de um enredo de inclusão escolar. Na próxima seção apresentaremos o livro escolhido e o processo metodológico.

4 | PROCESSO METODOLÓGICO

O presente estudo constitui-se em uma pesquisa documental, na qual “a fonte

de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.” (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 157). O principal documento de análise é o livro infantil que compõem os Acervos Complementares de 2013 com o título de “Quem ganhou o jogo? explorando adição e subtração” de autoria Dreguer (2011) e imagens de Jassi (2011), cuja síntese é apresentada a seguir:



Quem ganhou o jogo? Explorando a adição e a subtração

Autor(a): Ricardo Dreguer

Imagens: Elisa Jassi

A obra *Quem ganhou o jogo? Explorando a adição e a subtração* conta a história de Lucas, um menino cadeirante, que sonha jogar bola. Seus colegas, então, propõem várias brincadeiras que envolvem problemas e desafios matemáticos, e um jogo de minibasquete, proposto pelo professor, permite que Lucas realize seu sonho e integre o time da escola. O livro chama a atenção para dificuldades que o cadeirante enfrenta em situações cotidianas, como andar nas ruas ou brincar. A atitude do professor, de adaptar o jogo de basquete para atender às necessidades de Lucas, mostra que é possível encontrar estratégias para que todos possam participar das brincadeiras.

Figura 1 - Brasil (2012, p.100)

Como se pode verificar na síntese da obra, o livro traz a história do menino cadeirante Lucas que sonha em jogar bola e que na escola se envolve em várias atividades matemáticas até ser inserido no time de basquete da escola. A partir da leitura dessa síntese, traçamos algumas questões norteadoras:

Quais os conteúdos matemáticos abordados? Os conteúdos estão em consonância com os documentos oficiais? Há outras situações importantes abordadas no livro para o ensino de Matemática?

Quais os problemas enfrentados por pessoas com deficiência? Quais as ações que promovem a inclusão?

Para responder essas questões realizamos a leitura da obra na busca por identificar no enredo da história elementos sobre o ensino de Matemática e a inclusão. Nesse intento, consideramos também aspectos das ilustrações, das situações apresentadas e dos personagens presentes na obra. Na seção, a seguir, apresentamos as análises e resultados.

5 | ANÁLISES E RESULTADOS

As análises começam por responder as primeiras questões norteadoras: quais os conteúdos matemáticos abordados? Os conteúdos estão de acordo com o Ciclo de alfabetização? Há outros aspectos importantes para o ensino de Matemática? Para tanto, apresentaremos exemplos com trechos da obra.



Figura 2 - Breguer e Sassi (2011, p. 8, 9 e 13).

Conforme as páginas do livro expostas na figura 2 acima, apresenta a página 8 traz uma situação de contagem de objetos, a página 9 mostra uma situação de adição entre duas coleções de objetos e a página 13 envolve uma situação de perda que implica na subtração de quantidade. Os três conteúdos matemáticos ilustrados nos exemplos se repetem em outras situações da obra.

Para verificar a adequação das situações matemáticas aos anos de escolarização a qual a obra é indicada utilizamos as expectativas de aprendizagem apontadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), principal documento curricular à época da distribuição dos Acervos Complementares de 2013 nas escolas públicas do Brasil. E também o documento oficial em vigor, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pois os livros foram distribuídos visando se tornarem acervos permanentes nas escolas, o que implicada que podem ainda está sendo utilizados por professores e estudantes, de modo que consideramos importante verificar sua adequação no contexto atual. Primeiramente, analisamos os PCN (Quadro 1).

Conteúdo do Livro	Expectativas de aprendizagem PCN	Conteúdos conceituais e procedimentais
Contagem	Construir o significado do número natural a partir de seus diferentes usos no contexto social, explorando contagens, medidas e códigos numéricos.	Utilização de diferentes estratégias para identificar números em situações que envolvem contagem e medidas.
Adição e Subtração	Resolver situações-problema e construir, a partir delas, os significados das operações fundamentais, buscando reconhecer que uma mesma operação está relacionada a problemas diferentes e um mesmo problema pode ser resolvido pelo uso de diferentes operações.	Cálculo de adição e subtração, por meio de estratégias pessoais e algumas técnicas convencionais.

Quadro 1 – Conteúdos matemáticos abordados no livro e as indicações dos PCNs.

Fonte: PCN (2001, p. 65;70-72)

Como consta no Quadro 1, as indicações da proposta curricular apresentada

nos PCN de Matemática validam os conteúdos que consta na obra analisada. Vale esclarecer que tomamos como referência, nesta análise, os PCN correspondentes ao primeiro ciclo de escolarização que, na época da sua publicação, correspondia às 1ª e 2ª séries. No contexto atual, a coleção denominada de Acervos Complementares, da qual fez parte a obra “Quem ganhou o Jogo?”, recomenda esse livro para o segundo ano de escolarização do Ensino Fundamental. Ainda que seja identificada essa divergência entre os ciclos de aprendizagem, quando comparamos os PCN e os Acervos Complementares, consideramos que esse não é um elemento relevante no sentido de inviabilizar uma análise comparativa como a que estamos fazendo, dada a aproximação entre os anos de escolarização em cada caso.

No caso da BNCC os conteúdos curriculares são apresentadas por ano de escolarização, por isso no Quadro 2 apresentamos os dados correspondentes ao 2º ano do Ciclo de Alfabetização que é o ano indicado no livro *Quem ganhou o jogo?*

Conteúdo do Livro	Habilidades	Objetos do conhecimento
Contagem	---	---
Adição e Subtração	Resolver e elaborar problemas de adição e de subtração, envolvendo números de até três ordens, com os significados de juntar, acrescentar, separar, retirar, utilizando estratégias pessoais ou convencionais.	Problemas envolvendo diferentes significados da adição e da subtração (juntar, acrescentar, separar, retirar).

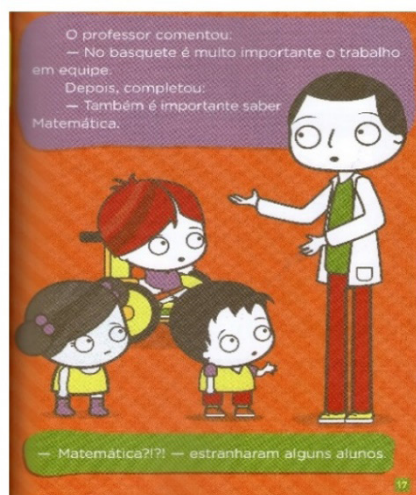
Quadro 2 – Conteúdos matemáticos abordados no livro e as indicações da BNCC

Fonte: BNCC (2017, p. 239).

Como se pode verificar no Quadro 2 não há indicação na BNCC do conteúdo de contagem para o 2º ano de escolarização. No entanto, a nosso ver, isso não inviabiliza a utilização do livro em turmas do 2º ano, uma vez que o conteúdo de contagem pode ser explorado como um reforço à aprendizagem. De acordo com a BNCC (2017), o conteúdo de contagem é indicado para ser trabalhado no 1º ano do ensino fundamental. Já os conteúdos de adição e subtração que são contemplados pelo livro, devem ser trabalhados ao longo do ciclo de alfabetização, isto é, nos 1º, 2º e 3º anos. Por isso, consideramos que o livro é plenamente adequado ao ano de escolarização que é indicado no manual dos Acervos Complementares.

Além dos conteúdos matemáticos abordados na obra, também encontramos outros aspectos que são importantes para o ensino de Matemática, como veremos a seguir:

Práticas Esportivas



Regras do Jogo



Figura 3 - Breguer e Sassi (2011, p. 17 e 20).

A Matemática é algo importante na vida de todas as pessoas, pois está presente em diversas práticas sociais. Como podemos verificar na página 17 da figura 3 o professor que interage com as crianças é o de Educação Física e ele relata a importância da Matemática para a prática esportiva. Sobre o papel da Matemática no Ensino Fundamental se justifica pela sua importância nas “diferentes áreas de conhecimentos, por ser utilizada em estudos tanto ligados às ciências da natureza como às ciências sociais e por estar presente na composição musical, na coreografia, na arte e nos esportes” (PCN, 2001, p.29).

Já na página 20 (figura 3) mostra as regras de pontuação do jogo de basquete. Seguir regras é muito importante na vida das pessoas para que possam desfrutar de uma boa convivência com os outros e do ponto de vista da Matemática é algo inerente a essa área de conhecimento. Além disso, ao jogar, os estudantes

passam a compreender e a utilizar convenções e regras que serão empregadas no processo de ensino e aprendizagem. Essa compreensão favorece sua integração num mundo social bastante complexo e proporciona as primeiras aproximações com futuras teorizações. (BRASIL, 2001, p. 49)

Para continuar as análises relembremos as questões norteadoras sobre inclusão: quais os problemas enfrentados por pessoas com deficiência? Quais as ações que promovem a inclusão?



Figura 4 - Breguer e Sassi (2011, p. 4, 5, 15).

Analisando as páginas do livro na figura 4, observa-se que na página 4 o personagem Lucas relata sobre seus gostos, sonhos e também as suas frustrações; já a página 5 apresenta os obstáculos cotidianos enfrentados pelo personagem ao se deslocar pelas vias públicas; enquanto que na página 15 é descrito momentos de segregação e preconceito sofridos pelo personagem durante sua rotina escolar. Todas essas cenas corroboram com as ideias de Lopes (2013) que considera que a deficiência é uma associação de características individuais com o ambiente em que se está inserido. No caso, o ambiente físico e social impõem barreiras e não a deficiência por si só. A ideia de inclusão vem justamente contrapor essas barreiras que ainda são impostas a pessoa com deficiência.



Figura 5 - Breguer e Sassi (2011, p. 11, 16 e 21).

Analisando as páginas do livro na figura 5, observa-se que na página 11 é apresentada uma cena de amizade inicial entre o personagem Lucas e outra criança de mesma faixa-etária; já a página 16 mostra o professor de Educação Física relatando sobre o jogo de basquete com adequações para a participação do estudante Lucas. E na página 21 (da figura 5) o personagem professor comenta sobre outras regras

do jogo que incluem em times iguais meninos e meninas. É possível perceber, nas três cenas, que há várias formas de fomentar a inclusão dentro do ambiente escolar, desde o contato espontâneo dos estudantes entre si, até as ações promovidas por professores visando a participação de todos nas atividades desenvolvidas. No caso da página 21 (figura 5) constatamos que a obra discute aspectos ligados não só a inclusão da pessoa com deficiência, mas também a diversidade e gênero.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar a análise do livro infantil tínhamos a intenção de observar situações Matemáticas e do processo de Inclusão Escolar. A obra intitulada “Quem ganhou o jogo?” faz parte dos Acervos Complementares do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) em 2013 e é destinada à estudantes do 2º ano de escolarização. Por isso para averiguar a adequação dos conteúdos matemáticos abordados, utilizamos os PCN documento curricular vigente a época da distribuição dos acervos e a BNCC que é o documento curricular atual do Brasil. Nesse aspectos constatamos que, em termos de conteúdos matemáticos, a obra é adequada ao ano de escolarização para qual é indicada. Ainda sobre a Matemática encontramos aspectos relativos aos usos nas práticas sociais, tais como nos esportes ao seguir regras para a pontuação. Isso demonstra a importância dos conhecimentos matemáticos para as vidas das pessoas, inclusive das que possuem algum tipo de deficiência.

No tocante a inclusão, a obra se mostrou válida, primeiro por relatar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência em seu cotidiano, em especial a pessoa com deficiência física. E num segundo ponto, por apresentar possibilidades de inclusão no âmbito escolar, tanto do ponto de vista da convivência entre estudantes com e sem deficiência, quanto de ações visando a participação de todos os estudantes em atividades desenvolvidas na escola. Ressaltamos que o processo de inclusão escolar visa “resgatar uma dívida com um segmento populacional que, historicamente, tem ficado à margem da sociedade.” (MÔNACO, 2008, p.19)

Por fim, consideramos que produções literárias que discutem sobre inclusão são importantes para conscientização de educadores e estudantes à respeito das pessoas com deficiência. No entanto, sabemos que para a efetivação da inclusão deve-se ir além de conhecer e compreender sobre direitos e necessidades, é preciso promover ações que visem a integração e a autonomia da pessoa com deficiência para que ela possa viver em sociedade como qualquer outro cidadão.

REFERÊNCIAS

BRASI. **Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos Arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.** Brasília, 06 fev. 2006.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Acervos Complementares: alfabetização e letramento nas diferentes áreas do conhecimento.** Brasília, 2012.

_____. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência**, Luiza Maria Borges Oliveira. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

_____. **Legislação brasileira sobre pessoas com deficiência** [recurso eletrônico]. 7. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. p. 410. – (Série legislação; n. 76).

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: caderno de apresentação – alfabetização matemática.** Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016.

_____. **Censo Escolar 2016: notas estatísticas.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Ministério da Educação - MEC. Brasília, 2017.

_____. **Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acessado em janeiro de 2018.

DREGUER, R.; SASSI, E. **Quem ganhou o jogo? explorando adição e subtração.** São Paulo: Richmond Educação, 2011.

LIMA, A. P. M. **Acervos Complementares do PNLD 2010: um estudo sobre a relação entre Matemática e gêneros textuais.** 166f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

LOPES, L. Nova concepção sobre pessoas com deficiência com base nos direitos humanos. In: LIMA, J. F e MENDONÇA, R.(orgs.) **A efetividade da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.** Recife: Editora Universitária UFPE, 2013. p. 27-56.

MANTOAN, Maria T. E. e PRIETO, Rosângela G. **Inclusão Escolar.** São Paulo: Summus editorial, 2006.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 297.

MÔNACO, S. M. **Da Educação Especial à (re)invenção da escola para todo: exclusão, inclusão escolar e educação inclusiva (1994-2008).** 106f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca - Espanha, 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acessado em janeiro de 2018.

VIANNA, C.; GRECA, L.; SILVA, R. **Quem são eles? Os alunos da minha sala de aula?** MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: caderno de inclusão – alfabetização matemática. Brasília, p. 21-54, 2014.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Glaucia Wesselovicz - Bacharel em Administração (UNIÃO), Especialista em Logística Empresarial (SANTANA) e Especialista em Gestão de Projetos (POSITIVO), Conselheira do COMAD – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, Representante do PROPCD – Programa de Inclusão da Pessoas com Deficiência, Representante no Grupo de Gestores do Meio Ambiente dos Campos Gerais, Articuladora de Projetos Estratégicos do SESI para o Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial, Junior Achievement, ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável atuando a 6 anos com ações de desenvolvimento local.

Janaina Cazini - Bacharel em Administração (UEPG), Especialista em Planejamento Estratégico (IBPEX), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (CETIQT), Practitioner em Programação Neurolinguista (PENSARE) e Mestre em Engenharia da Produção (UTFPR) com estudo na Área de Qualidade de Vida no trabalho. Coordenadora do IEL – Instituto Evaldo Lodi dos Campos Gerais com Mais de 1000h em treinamentos in company nas Áreas de Liderança, Qualidade, Comunicação Assertiva e Diversidade, 5 anos de coordenação do PSAI – Programa Senai de Ações Inclusivas dos Campos Gerais, Consultora em Educação Executiva Sistema FIEP, Conselheira do CPCE – Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial. Co-autora do Livro Boas Práticas de Inclusão – PSAI. Organizadora da Revista Educação e Inclusão da Editora Atena.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-362-0

